

- Vender se podem os bens de foro, não se achando ao condemnado outros bens patrimoniaes, em que se possa fazer execução, *liv. 5. tit. 93. §. 2. (a)*
- Vender a diversas pessoas pão, vinho, e azeite, de ante-mão, permitindo de o pagar de suas herdades, não as tendo, tem pena de bulrão, *liv. 5. tit. 65. (b)*
- Vender o seu herdamento, e cousas que tiver não pôde alguém ser constrangido, mas poderá vendê-las a quem quizer, e pelo melhor preço que puder, *liv. 4. tit. 11. (c)*
- Vender será obrigado mouro cativo quem o tiver, se for necessario para resgate de algum Christão, *ibid. §. 4. (d)*
- Vender não pôde o pay ao filho, ou descendente, sem consentimento dos outros filhos, netos, ou descendentes, que hou-
- verem de ser herdeiros, salvo se for com licença d'El-Rey, *ibid. (e)*
- Vender não se podem os officios, *liv. 2. tit. 46. (f)*
- Vender se pôde a retro, e o comprador ganha os fructos, até que o preço lhe seja restituído, *liv. 4. tit. 4. (g)*
- Vender não pôde o marido bens de raiz sem outorga de sua mulher, *liv. 4. tit. 48. (h)*
- Vender não pôde ninguem rosalgar, ou outro algum material venenoso, *liv. 5. tit. 89. (i)*
- Vender se não pôde não, ou navio a Estrangeiro, *liv. 4. tit. 114.*
- Vender não pôde bens de raiz o criminoso ausente por delicto, que mereça prisão; e vendendo-os, poderá a parte offendida haver por elles o seu interesse, *liv. 5. tit. 127. §. 11. (k)*

Vender

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra in verb. *Penhora se se fizer em bens de foro, ou que forem arrendados por mais de dez annos, se venderão publicamente com o foro, &c.*

(b) Isti fraudatores, de jure communi, incidunt in crimen falsi, ex *L. Qui duobus, ff. Ad L. Corneliam de fals. & de ratione vide Bart. in L. Siquis, §. 1. ff. de Pignoratit. act., Raynald. tom. 2. cap. 16. Suppl. 4. n. 17., sed puniuntur pœna Stellationatus; Raynald. d. cap. 16. §. 19. n. 1.*

(c) De materia hujus Ordinationis vide latissimè Hermosilh. in *L. 3. tit. 5. part. 5. gloss. 1. usque ad 6., Oleam de Cess. jur. tit. 5. q. 1. n. 1., Valasc. cons. 22. per tot., Solan. cogitat. 54., Cov. 3. Var. cap. 14., ubi Faria, Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 1. cap. 6. n. 14. ff. de Just. & jur., & in L. 1. p. 5. in princ. à n. 4. usque ad 6. inclusivè, Cod. de Sacros. Eccles., Cortiad. dec. 246. ubi plenissimè; Card. de Luc. tom. 4. de Servitut. disc. 76. & seqq., Phœb. p. 2. arest. 8., Corradin. de Jur. prelat. q. 34., Cabed. p. 1. dec. 105. Limita 1. dispositionem hujus Legis, quando propter publicam utilitatem cogitur aliquis rem suam vendere, Mastrilh. de Magistrat. lib. 3. cap. 4. ex num. 346., Covarr. lib. 3. Var. cap. 14. n. 8., Scob. ad Gratian. observ. 77. n. 17., Cortiad. p. 4. dec. 246. ex n. 17., ubi quid si prædium alienum fuerit necessarium pro decore Civitatis, seu pro ædificatione Palatii. Limita 2. quando res aliena fuerit necessaria pro constructione Ecclesiæ, seu Monasterii; quia tunc cogitur dominus rem suam vendere, circa quod vide plenissimè Cortiad. dec. 246. ex n. 11. & dec. 150., Altimar de Nullit. tom. 3. rubr. 1. q. 14. n. 97. & seqq. Et ut quis cogatur invitus vendere rem suam in casibus à jure permissis, debet recurri ad Senatium Palatinum, ut observatur in praxi; quamvis aliquando de hac materia Judices ordinariè cognoscant, ut testator Senator Oliveira in sequenti Nota: Neste Reyno para ser alguém constrangido a vender, dizem os Doutores delle, que se deve recorrer ao Desembargo do Paço; Valasc. Cons. 22. n. 2. Cabed. p. 1. dec. 105. n. 5. Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 1. cap. 6. n. 14. ff. de Just. & jur. Mas já vi, que as Justiças ordinarias tomão conhecimento desta materia, e a determinão; porque aindaque não haja acção da parte do que pede, potest tamen officium Judicis implorare, ut fuit judicatum na sentença das Freiras de Sancta Anna com os Capateiros da Padaria, apud Notarium Francisco de Britto no anno de 1675. Hanc sententiam refert. Peg. tom. 7. ad Ord. pag. 637., & vide Menoch. cons. 1206. à n. 23. Et pertinet cognitio ad Judices Seculares; Cortiad. d. dec. 246. à num. 158. Et an focius in re communi focium cogere possit, ut ei potius, quàm extraneo rem ipsam vendat? vide Fermosin. alleg. Fiscal. 10. ex n. 28., Sabel. in Sum.*

Tom. II.

§. Jus congrui. n. 10., & quòd focius non præferatur in hoc casu, tenet judicatum Senat. Joann. Alvar. da Cost. in sequenti Nota: *Extende dispositionem hujus Legis, ut neque focius, neque consors præferatur, sed semper sit libera venditio, ex Text. in L. Dudum. 14. Cod. de Contrab. empt. & acriter defendunt Gratian. For. & Cald. de Empt. & ita apud nos judicatur, & judicatum vidi anno 1698. in Senatu, na causa de João Rodrigues Borto de Monte-mór o Novo, confirmata sententia à me prolata. Et vide Roc. cap. 160., Merlin. de Pignorib. q. 193. Et casu, quo quis vendere compellatur, an plus quam justum pretium sit ei præstandum; vide Ros. cons. 22., & quæ supra notavimus in verb. Avaliação, em que for taxado o escravo, se paga ao Senhor delle, com mais a quinta parte, &c. Et an qui compellitur ad vendendum, possit compelli, ut vendat habita fide de pretio? vide Valasc. Cons. 22. n. 3., Ægid. in L. Ex hoc jure, p. 1. cap. 6. n. 15. ff. de Just. & jur.*

(d) Vide supra verb. Avaliação, em que for taxado o escravo, se paga ao Senhor delle com mais a quinta parte, &c.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. Neto não pôde fazer contracto de compra, ou troca com seu Avô, sem consentimento dos outros netos, &c.

(f) De materia hujus Legis vide supra notata in verb. Officios não pôde vender, nem levar dinheiro por elles, quem tem poder de os dar.

(g) Vide quæ diximus de materia hujus Legis in verb. Pacto de retrovendendo, aindaque seja posto no contracto, sempre o comprador faz os fructos seus, em quanto se lhe não restituir o preço.

(h) Ad hanc Ordinationem vide quæ supra notavimus in verb. Marido não pôde vender, nem alhear bens de raiz sem outorga de sua mulher. Et verb. Nulla he a venda, ou alheação, que o marido fizer dos bens de raiz sem outorga de sua mulher.

(i) Prohibet hæc Ordinatio commercium veneni tanquam illicitum, & nulla de eo emptio contrahi potest, ex Text. in L. Quod sepe. §. Veneni mali. ff. de Contrahend. empt., de quo vide latè Ægid. in L. Ex hoc jure. p. 1. cap. 7. n. 26. 27. & 28.

(k) Probat ex hac Ordinatione, quòd bona delinquentis sunt tacite hypothecata pro satisfactione partis offensæ, sicut in causis civilibus bona condemnati post sententiam, à qua supplicatum est, manent etiam tacite hypothecata, ex Ord. lib. 3. tit. 84. §. 14. Et an Fiscus possit revocare alienationem bonorum factam à delincente post commissum delictum? vide Gom. lib. 3. Var. cap. 14. n. 3. & 4. & ibi Aylon, qui plures DD. refert.

Q99

(a) De

Vender por sua alguma propriedade, não o sendo, tem pena de bulcão, *liv. 5. tit. 65.*

§. 1. (a)

VENDIDA a cousa perfeitamente, o perigo, ou perda, que nella acontecer, antes de ser entregue, será do comprador, *liv. 4. tit. 8. (b)*

Vendida a cousa condicionalmente, se ella fosse peyorada, ou damnificada, pendendo a condição, e depois fosse a condição cumprida, todo o damnifcamento pertencerá ao comprador, salvo se o vendedor fosse em móra de a entregar, *ibid. §. 2. (c)*

Vendida a cousa, que está obrigada a outrem, sempre passa com seu encargo, *liv. 4. tit. 3. (d)*

Vendida estando alguma cousa, se ao depois for confiscada por maleficio do vendedor, ou tomada para El-Rey, antes de ser entregue ao comprador, he o damno do vendedor, *liv. 4. tit. 8. §. 4. (e)*

Vendida sendo alguma quantidade, que consiste em numero, ou medida, o damno, que acontece, antes de ser pesada, ou medida, pertence ao vendedor, *ibid. §. 5. (f)*

Vendida a quantidade em especie, pertence-

rá o damno, e perigo ao comprador, não tomando o vendedor o perigo em si; salvo se depois o comprador gostasse a quantidade vendida, *liv. 4. tit. 8. §. 6. (g)*

Vendida a cousa em praça por mandado da Justiça, se póde desfazer até quinze annos pelo engano dálem da amétade do justo preço, *liv. 4. tit. 13. §. 7. (h)*

Vendida a cousa, ou seja por auctoridade da Justiça, ou por acordo entre as partes, se for desfeita pelo engano dálem da amétade do justo preço, e o comprador escolher tornar a propria cousa, sempre com ella restituirá os fructos do tempo da lide contestada, *ibid. §. 10. (i)*

Vendida sendo alguma cousa por Justiça, ou por convenção das partes, se nella houver engano enormissimo, se restituirá a cousa precisamente com os fructos do tempo da venda em diante, *ibid. (k)*

Vendida sendo a cousa com pacto de retro, por menos a quarta parte do justo preço, faz o contracto ser usurario, *liv. 4. tit. 4. §. 1. (l)*

Vendida a cousa por seu justo preço a homem, que tivesse em costume onzenar, se julgará o contracto por usurario, *ibid. §. 2. (m)*

Vendida

(a) De materia hujus Ordinationis vide Hermosilh. *ad L. 32. glos. 1. tit. 5. part. 5.*, Calder. *dec. 63. ex n. 8.*, Menoch. *de Arbitr. cas. 381. à n. 19.*, Molin. *de Just. & jur. tract. 2. diff. 369. n. 6.*, Cald. *de Extinct. emphyt. cap. 3. n. 7.* Et de his truffatoribus, seu deceptoribus vide DD. jam laudatos in verb. *Bulcão*. Et emptor rei alienæ, qui illam scienter emit, incidit in pænas adversus venditores impositas in hac Lege, ut declarat hæc Ordinatio in §. 2.; de quo vide Gom. *lib. 3. Var. cap. 5. n. 16.*, Farnac. *in Prax. tit. de Furt. q. 177. à n. 16. & 29.*, Cyriac. *tom. 2. contr. 299.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. quos jam laudavimus in verb. *Comprador tem a perda*, e *damno da cousa comprada*, aindaque lbe não seja entregue, depois que a venda he de todo perfeita.

(c) Vide DD. supra laudatos in verb. *Comprador tem o damnifcamento*, que acontecer na cousa vendida condicionalmente, se depois do damno acontecido fosse a condição cumprida, salvo se o vendedor for em móra de a entregar.

(d) De materia hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. *Comprador que compra cousa*, que está obrigada a outrem, passa nelle a obrigação. Et verb. *Hypotheca passa a qualquer pessoa*, a cujo poder vier a cousa hypothecada. Et verb. *Hypotheca passando a terceiro possuidor*, poderá o crédor demandá-lo, &c. Et an hypothecatis bonis majoratus cum facultate Regia, competat actio hypothecaria contra successorem, non excussis bonis allodialibus hypothecantis? resolve negativè, ex his quæ Molin. *de Primog. lib. 4. cap. 7.*, & ibi Addition. *n. 1. & 2. resol. 4.*, & sic judicatum fuit anno 1692. Scriba Ludovico da Costa Corrêa, inter litigantes Comitem de Villa-Nova, & Comitissam de Penaguiaõ, ut notat hic Senator Joann. Alvar. da Costa; & vide Carvalh. *in cap. Reynaldus de Testam. p. 2. n. 263.*, Oleam *de Cess. jur. & act. tit. 5. q. 5. n. 30.*, Salgad. *in Labyrinth. credit. p. 2. cap. 5. per tot.* Et an con-

ventus actione hypothecaria, & dimittens rem, teneatur ad fructus post litem contestatam? affirmat Olea *de Cess. jur. tit. 1. q. 1. n. 64.*, sed negat Manfrel. *ad Capyc. Latr. dec. 65. n. 2.*

(e) Vide supra verb. *Comprador de cousa*, que foi tomada para El-Rey por maleficio do vendedor, antes que lbe fosse entregue, torna a cobrar o preço, que por elle deu.

(f) Vide Cabed. *p. 1. dec. 102. n. 3.* ubi etiam agit, an hoc procedat in venditione ad mensuram rei immobilis; & vide optimè Peg. *tom. 1. Forens. cap. 3. n. 142.*, Hermosilh., & alios relatos per Aylon *ad Gom. tom. 2. Var. cap. 2. num. 17.*, Faria *ad Covarr. Practic. quest. cap. 3.*: & si venditio fuerit facta, donec degustetur, non requiritur ponderatio, neque mensuratio; Arouc. *in L. 1. §. 2. n. 15. ff. de Rev. divis.*

(g) Vide Aylon *ad Gom. lib. 2. Var. cap. 2. n. 33. ver. sic. De venditione ad pondus.*, Arouc. *in L. 1. §. 2. n. 15. ff. de Rev. divis.*, Sylv. *in Comment. ad hunc §. ubi latè.*

(h) Ad materiam hujus Ordin. vide supra notata in verb. *Lesão de mais da amétade do justo preço se póde demandar até quinze annos*, &c. Et verb. *Lesão de mais da amétade do justo preço tem lugar*, quando a venda he feita em praça pública, &c.

(i) De materia hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Lesão*, quando for causa de se desfazer o contracto, sempre a cousa vendida se entregará com os fructos de lide contestada em diante.

(k) Vide supra verb. *Lesão enormissima*, quando for causa de se desfazer o contracto, sempre a cousa se ha de restituir com os fructos do tempo da venda em diante.

(l) Vide supra verb. *Pacto de retrovendendo tem lugar*, quando a cousa he vendida por justo preço, de sorte que não seja menos a quarta parte do seu justo valor.

(m) Vide ad hanc Legem quæ jam notavimus in verb. *Pacto de retrovendendo posto em contracto feito por homem costumado a onzenar*, se julga por usurario.

(a) Ad

Vendida sendo a coufa com pacto de retro, e o contracto se julgar por usurario, terá o comprador a pena de perder o principal em dobro, e de degredo; e restituirá os fructos ao vendedor, ou a sua verdadeira estimação; e o vendedor perderá a coufa, que assim vendeo, tudo para a Corôa, *liv. 4. tit. 4. §. 2. (a)*

Vendida sendo a coufa em praça por mandado da Justiça, depois de passados oito dias

da notificação feita ao devedor para remir, não se poderá depois desfazer, *ibid. §. 8. (b)*

VENIA; vide verb. *Licença.*

VENTRE, vide verb. *Mulher que fica prenhe.*

VEREADORES da Cidade de Lisboa, não podem os Corregedores do Crime perguntar por elles nas devassas, *liv. 1. tit. 49. in princip. (c)*

Verea-

(a) Ad verb. *E restituirá os fructos ao vendedor; vide quæ supra notavimus in verb. Pacto de retrovendendo, sendo usurario não faz o comprador os fructos seus.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ notavimus in verb. *Lesão de mais da amétade do justo preço não pôde allegar o devedor executado, se andando os bens a preço for requerido para pagar a divida. . . e elle o não fizer em oito dias. Et verb. Tempo para remir o penhor, que se arremata he oito dias, &c.*

(c) Decernit hæc Ordinatio, quòd in generalibus inquisitionibus, quas facere solent Præsides criminales Curie Lisbonensis, non inquirent de Decurionibus ejusdem Civitatis; quod etiam dispositum invenitur in *Ord. lib. 1. tit. 65. §. 68.* Et hoc statutum fuisse propter illius Civitatis excellentiam, dicit *Peg. tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 49. in princip. glos. 2. n. 3.* Et meritò istud privilegium indulserunt Reges Senatui Lisbonensi, attendita præheminentia Decurionum, qui in eodem Senatu inserviebant; antiquitùs enim eligebantur ad Decurionatus dignitatem duo Proceres, seu Magnates Regni, simul ac unus ex Senatoribus Domus Supplicationis, qui æconomica Civitatis negotia regerent, & expedirent. Postea regnante Domino Rege D. Sebastiano noviter stabilitum fuit, quòd ad Decurionatum eligerentur quatuor Senatores, & ibi adesset unus ex Magnatibus Regni, qui Præsidis munus exerceret, ut patet ex Regimine, quod expeditum fuit tempore Philippi I. Portugal. Regis, apud *Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 67. §. 15. pag. 379.*; & ex tunc inceperunt Senatuum condecorare Præsides, quos enumerat Roderic. Mend. da Sylva. in *Catalog. Regal.*, quod inferuit in *Lib. qui dicitur, Poblacion general de Hespanha*, typis dato anno 1675. pag. 237. *sub tit. Presidentes, que llaman de Camara en la Ciudad de Lisboa*; qui tamen magno cum errore, tanquam primum Præsidem adducit D. Petrum de Almeida, cum verè, pro Primo præside debebat enumerare Alphonsum de Albuquerque, filium illius magni Alphonsi de Albuquerque, qui plura Asia Regna Ditioni Lusitanæ subjugavit; de quo meminit D. Anton. Caet. de Souf. in *Histor. Genealog. tom. 1. in Appar. pag. 38. num. 17.*, & pro secundo Præside debebat nominare D. Eduardum da Costa, qui etiam ab eo fuit omiffus, & de illo notitiam præbet idem D. Ant. Caet. de Souf. in *Histor. Genealog. tom. 10. lib. 9. cap. 4. pag. 159.*; & post istos tertium locum obtinuit dictus D. Petrus de Almeida, qui ab eodem Roderic. Mend. in primo loco adscribitur; quartus Præsides fuit Petrus Guedes, Murcæ Dominus, qui etiam ab eo omiffus fuit, sed illum memorat D. Ant. Caet. de Souf. in *Histor. Genealog. tom. 12. p. 1. lib. 14. cap. 15. n. 15. pag. 524.*, & *tom. 11. p. 1. lib. 13. cap. 15. pag. 776. n. 16.*, & sic emendato Catalogo dicti Roderic. Mend. da Sylva: cæteri, quos enumerat, usque ad annum 1640. (in quo D. Petrus de Menezes, Comes de Cantanhede Senatuum munere Præsidis condecorabat) recto ordine inveniuntur descripti. Alii autem, qui post felicem Regni Acclamationem, eodem munere functi fuere usque ad annum 1671. ordinatè collocavit Petr. de Souf. de Castel-branc. in *eleganti translatione Vallemont. Element. Histor. tom. 1. lib. 2. de Geograph. pag. 440.*

Anno autem 1671. Serenissimus Rex D. Petrus II., Tom. II.

novam formam, novumque Regimen stabilivit, Præsidentiaque Senatus diverso ordine servari jussit; nam quatuor Decuriones ex Proceribus Curie nominavit, quorum unusquisque per hebdomades Officio Præsidis in Senatu fungeretur, & ex Senatoribus Domus Supplicationis duo Gravaminum Expeditores eis adjunxit, ut patet ex Regimine, quod transcribit *Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 67. §. 15. glos. 17. sub num. 2.*, & refert D. Anton. Caet. de Souf. in *Histor. Genealog. tom. 8. in Addit. ad tom. 7. pag. 55.*, quod ita observatum fuit usque ad annum 1682. In die autem 31. Decembris ejusdem anni 1682. expeditum fuit quoddam Decretum ab eodem Serenissimo Rege D. Petro II., in quo regimen Senatus ad pristinum redegit statum, nominavitque in Præsidem Comitem de Pontevél, ut patet ex libro Senatus, quod vocatur *Carmesim*, quem refert D. Anton. Caet. de Souf. in *d. Addit. tom. 8. pag. 55. prop. fin.*; & ita antiqua forma servata, subsequenti fuerunt Præsides, quos ordinatè descripsit Petr. de Souf. de Castel-branco in *traduct. Vallemont. Element. Histor. tom. 1. lib. 2. Geograph. pag. 440. & 441.* usque ad Comitem da Ribeira grande, qui possessionem adeptus fuit, die 22. Februarii anno 1717. Et ex eo tempore solitum fuit, quòd vacante Præsidis munere, illud alternativè per hebdomades inservirent Senatores, qui ad Decurionatus dignitatem erant assumpti, sicut dispositum extabat in antiquo Regimine §. 21., apud *Peg. tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 67. §. 15. pag. 382.* Sed Augustissimus Dominus Rex D. Joann. V., per quoddam Decretum, expeditum die 11. Aprilis anno 1744., hanc consuetudinem profligavit, noviterque decrevit, quòd antiquior Senatus Decurio Præsidentia munus exerceret, ut constat ex *Libr. 18. Senatus, in quo describuntur Regia Decreta, pag. 66.* Et cum inter Decuriones tunc antiquior esset nobilissimus Senator Franciscus à Cunha Rego, Equestris Ordinis D. N. Jesu Christi miles illustris, qui à Regio Supplicationis Senatu ad Decurionum Tribunal fuerat evehctus, illico Præsidis dignitate fuit reverenter indutus, illamque laudatissimè exercuit per spatium plusquam quatuor annorum, integritatis suæ plura testimonia præstans; fuitque primus, atque unicus Decurio Togatus, qui hoc præstantissimum munus obtinuit; & tandem plenus meritis obiit die 24. Februarii hoc anno 1754. solatium domui suæ relinquens in meritissimo suo Genero, ac successore Dom. Francisco Josepho da Serra Craesbeck de Carvalho, Domus Supplicationis dignissimo Senatore, cujus decorem ac sapientiam jam extollimus in hoc Libro, pag. 288. *litt. A.* Et tandem ad pristinam formam iterum Regimen Senatus restitutum per Augustissimum Dominum Regem D. Joann. V., anno 1749., nominavit in Præsidem Senatus Illustrissimum, ac Excellentissimum Dominum D. Josephum Antonium Franciscum Lobo, III. Comitem de Oriola, & X. Baronem de Alvito, qui cum ad Præfecturam Regii Patrimonii postea fuisset evehctus, in ejus locum successit Illustrissimus, ac Excellentissimus Dominus Ferdinandus Telles da Sylva, IV. Marchio de Alegrete, qui nunc communi Civium felicitate, ac lætitia, hoc præstantissimum, excelsumque munus laudabiliter exercet.

Vereadores tem cargo do regimento da Terra, e das obras do Concelho, *liv. 1. tit. 66.* (a)

Vereadores não farão Acordos para as despesas necessarias, sem serem presentes os Juizes de Fóra, os quaes assignarão com elles, *ibid. §. 38.* (b)

Vereadores não mandarão fazer obra alguma, sem primeiro andar em pregão para se dar de empreitada a quem a houver de fazer melhor, e por menos preço; salvo as que não passarem de mil reis; e humas, e outras se lançarão em livro, em que se declare o preço, e condições do contracto; e do dinheiro, que os empreiteiros forem recebendo, se fará conhecimento assignado por elles, *ibid. §. 39.* (c)

Vereadores pagão as despesas, que os Provedores não levarem em conta, *ibid.*

Vereadores ordenão as Procissões da Visitação, e do Anjo da Guarda, e não levão por isso precalço algum, nem consentirão nellas representações de cousas profanas, nem mascaradas, não sendo ordenadas para provocar a devoção, *ibid. §. 48.* (d)

Vereador com os Juizes, e Procuradores até vinte de Novembro elegem ás mais vozes quatro Recebedores de Sifas para o anno seguinte, *liv. 1. tit. 66. §. 49.* (e)

Vereadores antes que acabem, nas Oitavas do Natal, se ajuntarão na Camara com os homens bons, e Povo chamado a Conselho, e com o Juiz mais velho, e nomearão cada hum seis homens para Eleitores secretamente, cujos votos tomará o Escrivão da Camara, e entre todos se escolherão os que mais votos tiverem, *liv. 1. tit. 67.* (f)

Vereador, que o foi hum anno, não póde tornar a ser Vereador até tres annos, salvo em Lugares pequenos, onde se não achaõ as pessoas necessarias para servir, *ibid. §. 9.* (g)

Vereadores lançaõ em hum livro os ordenados dos Fificos, Cirurgioes, Boticarios, e Porteiros jurados, e se pagão aos quartéis, assignando os que os receberem com o Escrivão da Camara ao pé do titulo de cada hum, *liv. 1. tit. 66. §. 36.*

Verea-

(a) Ad Decuriones pertinet administratio œconomica Civitatis, ad hoc ut cives bene vivere possint, ut patet ex hac Ordinatione; de cujus materia vide Fragos. *de Regim. Reipubl. part. 1. lib. 7. disp. 19. ex n. 4.*, Concios. *ad Statut. Eugub. lib. 1. rubr. 9. à n. 11.*; habent tamen limitatam jurisdictionem, ut tantum de victualibus statuant, vel de negotiis, qui publicam respiciant alimoniam, aut administrationem rerum ad ipsam Rempublicam pertinentium; Cabed. *p. 1. decis. 73. n. 1.*, Fragos. *d. disp. 19. n. 4.*, Matth. *de Regim. Regn. Valent. cap. 4. §. 30. ex n. 25.*, Cardin. *de Luc. lib. 3. tit. de Præminent. disc. 23. num. 8.*; & ideo non possunt aliquem incarcerare, nec ad penam carceris condemnare; Cabed. *d. dec. 73. n. 4.*, Matth. *de Regim. Regn. Valent. d. cap. 4. §. 3. n. 26.*, Peg. *tom. 5. ad Ord. lib. 1. tit. 65. §. 29. glof. 32. n. 1.* Et ratione hujus œconomice potestatis possunt cogere cives ad observantiam dierum festorum sub aliqua pena; nam licet Superior Secularis non possit statuere dies festos, potest tamen præcipere eorum observantiam; de quo vide supra notata in verb. *Pessoa, que ao Domingo, ou dia Sancto jogar a bola, &c.*, & vide etiam sequentem Notam Senatoris Themudo. *Decuriones possunt statuere circa dies festos, non per modum superioritatis, sed in adiutorium: E julgou-se por boa no Juizo da Corõa huma Postura de Sotarem, que pagasse cincoenta reis, quem não guardasse qualquer dia Sancto*, Cabed. *p. 1. dec. 87.* Et an possint Decuriones vias publicas absque Principis licentia concedere? vide Ros. *conf. 1.*, Card. *de Luc. de Servitut. disc. 5.*, Portug. *de Donat. tom. 2. cap. 3. ex n. 32.*

(b) Idem disponitur in *Ord. lib. 1. tit. 62. §. 73.*, ubi Provisoribus commendatur, ne approbent expensas Consiliorum, quæ factæ fuerint absque mandato Judicis simul cum Decurionibus.

(c) Jubet hæc Ordinatio, quod ad facienda opera publica, prius notificentur per præconem; quod etiam jubet practicari in locatione prædiorum, seu reddituum Conciliorum; in hocmet Tit. *§. 12.*, de quo vide in-

fra in verb. *Vereadores farão metter todas as rendas do Concelho em pregão, &c.*

(d) Ad materiam hujus Ord. vide supra notata in verb. *Procissões fazem os Juizes, e Vereadores em cada hum anno a dois de Junho, e no terceiro Domingo do mesmo mez, por comminoração do Anjo da Guarda, &c.* Ad verb. *Nem mascaradas*, vide supra verb. *Mascaradas, nem cousas profanas, não vão em Procissões, &c.*

(e) Hodie dispositum aliter extat circa electionem Receptorum Gabellarum; quia stabilita fuit superrimè alia forma ad earum exactionem, ut constat ex novissima Lege Extravag., quæ est in *Libri Appendice Lege Extravag. n. 40. pag. 67. col. 2.*

(f) De materia hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. *Eleitores da vereação são os que mais votos tiverem, e se lhes dá juramento, &c.* Et nota, quod si electores minus idoneum eligant, tenentur de damno dato, ut notavimus in dicto loco. Et hic obit er incidit quæstio: An electio facta de persona digna, ommissa digniori, jure poli valeat? & quid in foro conscientie? vide Molin. *de Primog. lib. 2. cap. 5. à n. 46. & seqq.*, alter Molin. *de Just. & jur. tom. 3. tract. 2. disp. 595.*, Gutierr. *Canonic. quæst. lib. 2. cap. 11. ex n. 1.*, Lar. *de Anivers. lib. 2. cap. 2. ex n. 34. cum seqq.*, Garc. *tom. 2. de Benefic. p. 7. cap. 16.*, Parlador. *tom. 3. disert. 8. n. 8. & 9.*, Fontanel. *de Pact. nuptial. claus. 4. glof. 10. p. 1. ex n. 41.* Nota etiam, quod semel facta electio expirat potestas iterum eligendi; Saldad. *de Supplicat. ad Sanctiss. p. 2. cap. 11. §. unic. n. 22.*, Solorzan. *de Jur. Indiar. lib. 2. cap. 11. n. 58.*, Hermosilh. *L. 56. tit. 5. part. 5. glof. 6. n. 35.*, & cum pluribus aliis Altimar *de Nullit. contract. tom. 7. rubr. 1. p. 5. q. 47. n. 139.* Quid autem si cassetur electio propter vitium electi, an electores amittant jus eligendi? vide August. Barbof. *in cap. Cum in cunctis. n. 35. de Elect.*, Bovadilh. *in Polit. lib. 3. cap. 8. n. 46.*, & alios relatos per Altim. *d. q. 47. n. 142.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Eleitos para Juiz, Vereador, Procurador, ou Thesoureiro em hum anno, não podem ser eleitos dabi a tres.*

(a) Ad

Vereadores lançaõ em outro livro as despesas, que se fizerem em levar os presos, e degradados, declarando o tempo em que foraõ, e quantos, e os dias que nisso gastáraõ, e quem os levou, e nas costas dos mandados das quantias, que para esta despesa se fizerem, assignaráõ as pessoas, que os levarem, *liv. 1. tit. 66. §. 37.*

Vereadores achando algumas pessoas, que tomaõ servidoes, caminhos, ou possessões dos Concelhos, os faraõ tornar, demandando os que os trazem perante os Juizes, *ibid. §. 11. (a)*

Vereadores tomaõ conta, e executaõ aos Procuradores, e Thesoureiros dos Concelhos do anno passado, *ibid. §. 3. (b)*

Vereadores fazem avença por jornaes, e empreitadas com os que fizerem obras do Concelho; e talharáõ soldadas com os Porteiros, e com outras pessoas, que houverem de servir o Concelho, *ibid. §. 7. (c)*

Vereadores ordenaõ Pádeiras, e Almocre-

ves, que dem mantimentos, e fazem com elles concerto, como tambem com as pessoas, que se quizerem obrigar a cortar carne nos açougues, *ibid. §. 8. (d)*

Vereadores faraõ metter todas as rendas do Concelho em pregáõ, e não afforaráõ bens, senaõ em pregáõ, *ibid. §. 12. (e)*

Vereadores não afforaráõ bens alguns do Concelho, sem andarem a pregáõ, nem daraõ das rendas delle, nem á custa do Povo, cousa alguma a algum Juiz, por ração do mantimento, ou aposentadoria, *ibid. §. 17. e 18. (f)*

Vereadores não consentiráõ, que algum official leve algum foro, ou direito do que lhe não he devido por Foral, *ibid. §. 14.*

Vereadores faraõ arrecadar todas as dividas, que se devem ao Concelho, *ibid. §. 15.*

Vereadores teraõ cuidado sobre as bemfeitórias do Concelho, *ibid. §. 24. (g)*

Vereadores haõ de prover sobre as posturas, vereações, e costumes antigos, *ibid. §. 28. (h)*

Vereadores

(a) Ad materiam hujus Ordin. vide Moraes de Execut. lib. 1. cap. 4. §. 3. cap. 16. sub n. 12., latè Peg. in Commentar. ad hunc §. Et an hæc Ordinatio habeat locum adversus illum qui occupavit bona, seu servitutes Concilii, & ea possedit intra annum? vide sequentem Notam Senatoris Joan. Alvar. da Costa: Communis est praxis hanc Ordinationem solummodo praticari intra annum, ut interdicitur Unde vi, & eo transacto ordinari debet tractari; Peg. tamen tom. 5. ad hanc Ord. dicit, etiam transacto anno, illam vigere, dum tamen possessor sit injustus sine ullo colore; de quo cogita. Ad verb. Perante os Juizes; vide sequentem Notam ejusdem Senatoris: Intellige tamen, quod si possessiones Concilii possideantur per personas diversi Territorii, conveniende erunt coram suo proprio Judice; nisi Concilium velit eligere Præsidentem curialem, gaudet enim electione, de qua in lib. 3. tit. 5. §. 3. Et ita consultus respondi.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 7. disp. 19. n. 11. ubi ait, quod istæ rationes debent exquiri ab ipsis Decurionibus, & non à ratiocinatoribus ab illis deputatis ad hunc effectum.

(c) Ad verb. E com outras pessoas, que houverem de servir o Concelho; vide sequentem Notam Senatoris Themudo; Ibi: outras pessoas. Duvidou-se acerca dos Carcereiros, se era necessario provisãõ, para se lhes pagar, ex Ord. lib. 1. tit. 62. §. 73. resolveo-se, que não era necessaria provisãõ, senaõ nas tenças, salarios, e despesas voluntarias; & ita intelligenda est Ordinatio in hoc Tit. §. 20. Et iterum notat idem Senator, Ibi: outras pessoas; e com os Medicos, a que haõ de dar partidos; sed nota que os Medicos de Nacãõ não podem ter partido da Camara, havendo Medico Christãõ Velho, que o peça, dos do partido de Coimbra: habes judicatum in tuo libr. Arestor. cap. 110. Et circa eandem materiam notat amplius idem Senator. Nota, que os Officiaes da Camara não podem negar o partido ao Medico partidista de Coimbra, que o pede, se já alguma vez o de raõ, posto que digaõ, que não querem Medico; habes judicatum in tuo libr. Arestor.

(d) Ad verb. Almocreves; vide sequentem Notam Senatoris Themudo: Vi julgar, que podem ser constrangidos a ir buscar peixe na Quaresma, e nos outros dias do anno, em que se não come carne; habes in tuo libro Arestor. cap. 107. Ad verb. Com as pessoas, que se quizerem obrigar a cortar carne; quia Decurionibus seu Administratoribus Civitatum

spectat cura provisionis carniæ, & aliorum victualium, Romaguer. ad Conciol. ad Stat. Eugub. lib. 1. rubr. 43. num. 1. & 2., Cortiad. dec. 211. num. 12. Caveant tamen, ne macellarii, aut piscatores vendant pisces corruptos, aut carnes putridas, ut animadvertit idem Cortiad. dec. 214.

(e) De materia hujus Ordinationis vide latè Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 19. ex n. 6., ubi latè explicat. Et vide etiam sequentes declarationes, quas congessit Senator Joann. Alvar. da Cost. ad hanc Ordinationem. Nota, que as rendas se devem arrematar ás pagas, e não de antemaõ, segundo a Provisãõ, que refere Peg. tom. 5. ad Ord. §. 27. hoc tit. n. 79. Nota etiam, que das rendas arrematadas se não paga Sisa por huma Provisãõ, e muitos arestos do Conselho da Fazenda, que refere Peg. tom. 5. ad Ord. à n. 28. usque ad n. 43. o que com mais ração procede na renda do Real d'agoa, que he para a defesa do Reyno, ut tradit. num. 31., posto que de jure pareceisse o contrario, ex L. Licitar. §. Fiscus. ff. de Publican., Peregrin. de Jur. Fisc. lib. 7. tit. 3. n. 34., Parex. de Instrum. edit. resol. 3. à n. 45., Cancr. p. 3. Var. cap. 3. n. 139., Olea de Cess. jur. & act. tit. 6. q. 3. n. 3., Noguerol. alleg. 38. n. 7. Et ex relat. arestis per Peg. ad hanc Ord. Nota amplius, que não se abre lançaõ, aindaque haja mayor lançador depois, se foi affrontado, e houveraõ as mais solemnidades, e não houve lesãõ; Phæb. p. 1. arest. 66. Et de hoc vide Valenzuel. conf. 75. per tot., Velam disertat. 17. per tot., & quæ supra notavimus in verb. Lançador que dêr mayor preço pelos bens, que andãõ em pregãõ, se lhe faz arremataçãõ delles.

(f) Ad verb. Sem andarem a pregãõ, vide quæ supra notavimus in verb. Nullos sãõ os afforamentos, que se fizereem dos bens do Concelho, sem primeiro andarem a pregãõ. Ad verb. Por ração do mantimento, ou aposentadoria; vide Cabed. p. 1. dec. 8. n. 33., ubi idem dicit in Præsidiis Provinciarum.

(g) De materia hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. Bemfeitórias publicas devem mandar reparar, adubar, e concertar os Vereadores, &c.

(h) De istis Statutis Decurionum, vide quæ supra notavimus in verb. Posturas da Camara se fazem, chamando os Juizes, e homens bons, &c., & vide Portug. de Donat. Reg. p. 2. cap. 10. n. 14., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 7. disp. 19. §. 1. ex n. 26., Romaguer. ad Conciol. ad Statut. Eugub. lib. 1. rubr. 8. ex n. 14.

Vereadores porão taxa aos officiaes mecha-
nicos, jornaleiros, e nas mais coufas, *liv. 1.*
tit. 66. §. 32. e 33. (a)

Vereadores irão á Vereação á Quarta feira,
e ao Sabbado, e não se escusarão sem ju-
sta causa, *ibid. §. 1.*

Vereadores haõ de saber, e requerer, se to-
dos os bens do Concelho são aproveita-
dos como devem; e porão Carcereiro,
quando o Alcaide mór o não puser, sen-
do para isso requerido, *ibid. §. 2. e 4.*

Vereadores despacharão em Camara com os
Juizes por appellação, os feitos de inju-
rias verbaes, e de furtos pequenos, e de
almotaceria, *ibid. §. 5. (b)*

Vereadores darão Jurados aos Rendeiros,
ou ao Procurador, quando as rendas não
forem arrendadas, para bem guardarem a
terra, *ibid. §. 6. (c)*

Vereadores quando escreverem alguma car-
ta em nome do Concelho, será escripta
na Camara, e por elles assignada, e não
pelas casafas; e será sellada com o sello do
Concelho; e se alguns do Concelho qui-
zerem fazer outra carta em contrario,
ajuntar-se-hão na Camara, e ahi a façãõ,
assignem, e sellem, *ibid. §. 9.*

Vereadores devem saber, se algumas pessoas
tomaõ as jurisdicoes do Concelho, *ibid.*
§. 13.

Vereadores não podem dar tença dos bens

do Concelho sem licença d'El-Rey, *ibid.*
§. 20. (d)

Vereadores não mandarão á Côrte requerer
negocios, que toquem aos Concelhos,
pessoas, a quem dem ordenados á custa
delles; senão quando as coufas forem de
tanta importancia, que seja necessario
fazê-lo assim, *ibid. §. 21. (e)*

Vereadores guardarão em huma arca todos
os foraes, tombos, privilegios, e quaef-
quer outras escripturas, *ibid. §. 23.*

Vereadores proverão sobre guardar os fru-
ctos da terra, e sobre semear nos montes
baldios, *ibid. §. 25. e 26. (f)*

Vereadores não consintão que os Senhores
de Terras, ou seus Ouvidores, nem Pes-
soas poderosas estejão presentes ao fazer
as Posturas, e Vereações, *ibid. §. 30.*
e 31. (g)

Vereadores não farão Acordos, sem serem
presentes os Juizes de Fóra, para se fa-
zerem as despesas necessarias, *ibid. §. 33.*

Vereadores, que não façãõ concertos com
os Fidalgos sobre rendas, e direitos,
ibid. §. 22.

Vereadores não dispenderão as rendas do
Concelho, senão nas coufas declaradas
na Ordenação, e Provisoes, e nas co-
stas dos Mandados se farão os conheci-
mentos das partes, que recebêrão dinhei-
ro, *ibid. §. 35. (h)*

Verea-

(a) De materia hujus Ordinationis vide supra nota-
ta in verb. *Taxas põem os Vereadores aos Officiaes mecha-
nicos, e aos de mais.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide latè Fra-
gol. de Regim. Reip. p. 1. lib. 7. disp. 19. n. 13., & quæ jam
supra notavimus in verb. *Injurias verbaes conbecem dellas os
Juizes Ordinarios, e de Fóra, e as sentençaõ na Camara com
os Vereadores.*

(c) Nota, quòd isti Jurati tenentur, prata, vineas,
& alia, quæ possunt damnificari, custodire; & possunt
ingredientes prohibere, pecora expellere, capere illum,
qui damnus intulit, fructus, quos surripuit, auferre,
& item etiam pignorarè; *Cassan. in Consuetudin. Burgund.
rubr. 1. §. 6. n. 59.* Et de istis custodibus montium, &
agrorum, vide *Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 16. ex n. 75., &
de illorum negligentis vide Berton. de Neglig. & omiffion.
p. 2. artic. 12. per tot.*

(d) Ad verb. *Sem licença d'El-Rey;* nota, quòd non
sufficit licentia Domini inferioris; *Valer. de Transact.
tit. 4. q. 3. ex n. 44., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 21. ex n. 250.*
Et neque salarium aliquod absque licentia constituere
possunt; ex *Amay. in Rubr. L. unic. Cod. de Præbend. Salar.
lib. 10.* Et ad constituenda salaria Medicorum, vel ali-
cujus Pharmacopolæ, aut Magistri Latinitatis semper
recurritur ad Senatum Palatinum. Et si ex bonis Con-
cilii eleemosyna per plures annos Monasterio, vel alicui
Hospitali, Ecclesiasticæ Communitati solvatur, an
ex inde obligatio in futurum resultet? vide *Lagun. de
Fruct. p. 1. cap. 33. §. unic.*

(e) De materia hujus Ordinationis vide *Amay. in
L. unic. Cod. de Præbend. Salar. lib. 10.* Et an inconsulto

Principe possint mitti isti Procuratores ad Curiam? vide
Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 4. §. 3. ex n. 45. Et ad
materiam vide sequentem Notam Senatoris Oliveira.
*Circa ejusmodi procuratores, qui ad Curiam mittuntur cum man-
dato suorum Conciliorum, vel sunt vocati ad Comitua generalia,
& de eorum potestate, vide Amay. in L. 1. Cod. de Munerib. &
honorib. lib. 10. ex n. 32., Cresp. de Valdaur. observ. 12., Bal-
mased. de Collect. q. 3.; e como estes esperão mercês d'El-Rey;
não fazem mais do que aquillo que elle quer, ou manda, esque-
cendo-se requerer pelos seus pòvos, e seria muito do serviço de
Deos não se lhe fazer mercê alguma, e por este modo ficaria a
consciencia d'El-Rey mais segura; vide *Lagun. de Fruct. p. 1.
cap. 14. n. 64., Delben. de Parlament. dub. 2. ex n. 7. ubi, quod non
habent se tanquam subditi, sed tanquam Judices quoad Regem;
vide etiam Otter. de Official. p. 2. cap. 5., Larr. alleg. Fisc. § 9.
num. 20. & 21.**

(f) Nota ad hanc Ordinationem, quod si ex multi-
tudine columbarum fructus aliquod damnum patian-
tur, possunt Decuriones prohibere, ne columbaria
fiant; *Balmased. de Collect. q. 53. num. 17., de quo vide
Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 12. n. 102., Harppr. in princ. In-
stit. Si quadrup. pauper. fecisse dicatur à n. 12.*

(g) Ad hanc Ordinationem vide supra verb. *Ouvidor
de Senhores não pôde estar na Camara ao fazer das Posturas, Ve-
reações, &c.*

(h) An saltem Decuriones possint aliquid expende-
re in eleemosynis? vide *Mostaz. de Caus. piis lib. 7. cap. 11.
ex n. 28.* Et vide etiam sequentes Notas Senatoris Joann.
*Alvar. da Costa. Pelourinho se pôde repôr, e refazer, sem se
recorver a El-Rey, Avil. ad cap. 42. glos. 1. n. 3. Pegas trax
julga. lo tom. 5. ad hanc Ord., que aos Alcaldes pelas diligencias
das*

Vereadores, quando forem fóra da Villa a negocio della, leuão de salario por cada dia quatrocentos reis; e se a renda da Villa não passar de quarenta mil reis, não se gastará em todo o anno nas ditas idas mais que até dous mil reis, *liv. 1. tit. 66. §. 16.*

Vereador não póde quitar coima, nem pena a pessoa, que nella tenha incorrido, nem divida, aliás paga o noveado para o Concelho; e o devedor será constangido a pagar, *ibid. §. 19. (a)*

Vereador mais velho fica servindo de Juiz, quando o proprietario estiver impedido, ou ausente, *liv. 1. tit. 65. §. 4. (b)*

Vereador mais velho do anno passado tem o sello, aonde não houver Chancelér, e houver Juiz de Fóra, ou Ordinario, *ibid. §. 11.*

Vereadores, quando, e como, e em que casos porão fintas, vide verb. *Fintas.*

Vereadores, que fazem bolsa para levar os presos, e como se fará, e a ordem, que nisso se terá, vide verb. *Bolsa, & verb. Presos.*

VEREAÇÃO, vide verb. *Camara, & verb. Aggravar da Camara.*

Vereações não póde revogar o Corregedor da Comarca, nem outro algum Official, ou Desembargador, *liv. 1. tit. 66. §. 29.*

VESTINDO-SE o homem em trajes de mulher, ou a mulher em trajes de homem, tem pena de açoutes, e de degredo, *liv. 5. tit. 34. (c)*

VIGARIO dos Senhores das Honras de que póde conhecer? *liv. 2. tit. 48.*

§. 4. e 5.

VIGILIAS de comer, e beber nas Igrejas, que se não fação, *liv. 5. tit. 5. (d)*

VINHAS, e herdades como se devem mandar aproveitar, *liv. 1. tit. 58. §. 46.*

Vinhas não devem comprar-se para os Orphaõs, havendo outras herdades de paõ, *liv. 1. tit. 88. §. 25. (e)*

VINHOS do Relego, quando se venderem, que não se comprem outros, *liv. 2. tit. 29. §. 1. e 2.*

Vinho do Relego, que sobeja, acabado o tempo d'elle, não se póde vender na terra, onde o mesmo Relego estiver, *ibid. §. 3.*

Vinho do Relego he o vinho havido dos Reguengos, e Jogadas d'El-Rey; e nenhuma pessoa póde vender vinho atavernado, em quanto durar o tempo, em que os vinhos do Relego se haõ de vender, sob as penas pòstas nos Foraes, *liv. 2. tit. 29. (f)*

Vinho do Relego não bastando para todo o tempo, tanto que for acabado, não haahi mais Relego, *ibid. §. 5.*

Vinho não se póde comprar para tornar a vender, senão for por miudo ás canadas, *liv. 5. tit. 77. (g)*

VINTE e quatro horas póde o crédor reter preso o devedor, que prendeo, pelo achar fugindo, sem cometter crime de carcere privado, *liv. 4. tit. 76. §. 3. e liv. 5. tit. 95. §. 3. (h)*

VIOLA-

das Camaras se lhe póde dar algum salario sem provisão. E assim tambem trax julgado em humas glosas do Provedor de Thomar, que podião os Vereadores fazer festas, e dispender nellas ad arbitrium boni viri, pela nova das Pazes, & similiter. Et quòd Decuriones possint aliquid expendere in ludis publicis ex causa publicæ lætitiæ, vide supra in verb. *Mascaras se não podem trazer, senão em festas.*

(a) De materia hujus Ordin. vide supra verb. *Official da Camara não póde quitar coimas, penas, ou dividas do Concelho.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Juiz de Fóra, quando dá residencia, se entrega sua vara ao Vereador mais antigo.*

(c) Vide supra verb. *Homem, que se vestir em trajes de mulber, he degradado dez annos para Africa, &c. Ad verb. Mulber, que se vestir em trajes de Homem, &c.*

(d) De materia hujus Legis vide supra notata in verb. *Pena pecuniaria, e de prisão se dá aos que fazem vigílias de comer, e beber nas Igrejas, &c. Et vide etiam Gonzal. ad Text. in cap. Cum decorem. 12. num. 6. versic. Item epulis. de Vit. & honest. Cleric., Bass. in Miscellan. de Sodalit. num. 33. & 34. post tractat. Mostaz. de Caus. piis.*

(e) Vide de materia Oliveir. de Muner. *Provisor. cap. 10. §. 4., Guerreir. tract. 3. de Obligat. & Dat. Tutor. lib. 7. cap. 1. n. 28. & 30.; quia in vineis plus expenditur, quam percipitur, Altimar de Nullit. contract. tom. 6. rubr. 1. p. 4. q. 37. sub n. 533. versic. Valor vineæ.*

(f) De materia hujus Ordinationis vide supra verb. *Relegos, em quanto estiverem com vinhos para se ven-*

derem, nenhuma pessoa poderá vender vinho atavernado.

(g) Sub hac prohibitionem emendi vinum ad revendendum comprehenditur etiam mustum, ut contra Barbof. in Remission. ad hanc Ord., tenet judicatum Peg. tom. 9. ad Ord. lib. 2. tit. 26. §. 33. glos. 35. n. 57., Cortiad. dec. 209.; nam Statutum, in quo cavetur solvendam esse gabellam, de ementibus, & revendentibus vinum, comprehendit etiam mustum; August. Barbof. appellativ. 274. n. 12.; sed non comprehenditur acetum, quia non est vinum, sed alia species; Farinac. in Fragm. lib. B. n. 50., Gratian. For. dec. March. 184. n. 24. & 26., August. Barbof. d. appellativ. 274. n. 14., Cortiad. dec. 209. n. 21. Nec etiam comprehenditur aquaticum, nisi vinum prævaleret aquæ; Farinac. d. lib. B. n. 53., Gratian. d. dec. 184. à n. 18., August. Barbof. supr. n. 13., Cortiad. d. dec. 209. n. 22.

(h) De materia hujus Ordinationis vide Menoch. de Recuperand. possess. remed. 5. n. 25., Leotard. de Usur. q. 10. n. 19. Et supra notata in verb. *Crédor póde prender a seu devedor, quando se for fugindo, &c. Et verb. Devedor suspeito de fuga, &c. Et verb. Prender póde cada hum seu devedor, que acha fugindo, &c. Et indubium est ex hac Ordinatione, quòd potest creditor debitorem suum fugitivum capere, dummodo intra viginti quatuor horas Judicium tradat; Farinac. in Prax. q. 27. n. 71., Carlev. de Judic. tit. 1. disp. 2. q. 3., Bovadilh. in Polit. lib. 3. cap. 15. n. 14., Gutierr. Practic. lib. 1. q. 82.; licet debitor sit Clericus, dummodo statim remittatur ad suum Judicem, ut ex pluribus tenet Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 21. n. 67. & 68.*

(a) Ad

VIOLADOR da paz tendo descendentes, ou ascendentes até o terceiro grão, não são seus bens confiscados, *liv. 5. tit. 128.*

VIRGINDADE se póde demandar até hum anno desde que o homem deixou de ter afeição, e não depois, *liv. 5. tit. 23. §. 2. (a)*

Virgem sendo corrompida por força, he logo o homem preso, até o feito ser findo, *ibid. §. 1. (b)*

Virgem com quem alguem dormio por sua vontade, lhe paga o dote, ou casa com ella, *liv. 5. tit. 23. (c)*

VISITA das cadêas faz o Regedor cada meez, *liv. 1. tit. 1. §. 30. (d)*

VISTA põem os Desembargadores do Paço na primeira hora nas Provisões, que os Escrivaes da Camara tiverem feitas, *liv. 1. no Regimento do Paço §. 2.*

Vista da sentença para embargos na execução se não da senão por traslado, *liv. 3. tit. 87. (e)*

Vista não porão os Desembargadores do Paço na Provisão, que tem clausula, que não passe pela Chancelaria, *ibid. §. 5.*

Vista que se paga ao Escrivaõ; vide verb. *Salario.*

Vista se dá ao Réo seguro, do feito com as inquirições, e razões do accusador cerradas, e selladas, *liv. 5. tit. 124. §. 5. (f)*

VISINHO tem razão de saber o que se passa na visinhança, *liv. 4. tit. 62. ad fin.*

Visinho se entende ser de hum Lugar. o que for delle natural, ou tiver nelle alguma dignidade, ou officio d'El-Rey, ou de Senhor da Terra, por que possa viver, *liv. 2. tit. 56. (g)*

Visinho de algum Lugar he o que nelle alcança liberdade, ou foi perfilhado por al-

gum morador delle, *liv. 2. tit. 56. (h)*

Visinho he o que casa com mulher da Terra, em quanto ahi morar, com tenção, e vontade de ahi morar, *ibid. §. 1. (i)*

Visinho he o que mudou domicilio, e depois tornou a morar no Lugar onde casou, vivendo nelle quatro annos continuos com sua mulher, filhos, e fazenda, *ibid. §. 2. (k)*

Visinho não he o que se mudou com sua mulher, e fazenda para outro Lugar, até que nelle more quatro annos continuos, *ibid. §. 2.*

Visinho goza dos privilegios, e liberdades do visinho, quanto a ser exempto de pagar os Direitos Reaes, de que por bem de alguns foraes, e privilegios goza o dito Lugar, salvo se pelo foral for ordenado o contrario, *ibid. §. 2. e 3.*

Visinho não se poderá alçar tanto, que tolha o lume da janella, que está aberta sobre azinhaga tão estreita, que não passa de quatro palmos, *liv. 1. tit. 68. §. 27. (l)*

Visinho da outra parte da rúa não póde abrir portal de novo, nem fresta, ou janella em direito do portal, fresta, ou janella do outro seu visinho, salvo se d'antes ahi a houve já, *ibid. §. 29. (m)*

Visinho que tem parede de permeyo com outro, e a casa de hum for mais alta, que a do outro, e tiver a calle, por que lance a agoa do seu telhado, se poderá o outro alçar de tal maneira, que lhe deixe lugar de parede, por que colha a agoa do outro, *ibid. §. 39.*

VIUVA, que vive honrada, e honestamente, goza do privilegio de seu marido, *liv. 1. tit. 90. §. 7. e liv. 2. tit. 59. §. 15. (n)*

Viuva

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Mulher corrompida até hum anno póde pedir satisfacção da sua honra.*

(b) Vide ad hanc Ordinationem, quæ supra notavimus in verb. *Corrompendo algum homem mulher por força de sua virgindade sendo dada querrela contra elle, responderá preso, &c.*

(c) De materia hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Corrompendo algum homem alguma mulher virgem por sua vontade, não casando com ella, ou não querendo ella casar com elle, &c.*

(d) Vide supra notata in verb. *Regedor visita cada meez as cadêas, na derradeira Sesta feira, ou Sabbado delle, &c.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Embargos á execução se devem pôr em acto apartado.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Inquirições, e razões se cerrão, e sellão, quando se dá vista ao Réo, seguro para razeoar.*

(g) Vide quæ supra notavimus in verb. *Privilegio de visinhança de alguma Cidade, Villa, ou Lugar, tem aquelle que delle, ou de seu Termo for natural, ou nelle tiver alguma dignidade, ou officio, &c.*

(h) Vide supra verb. *Privilegio de visinhança tem o que naquella Villa, ou Lugar for feito livre da servidaõ, em que antes era, &c.*

(i) Vide supra verb. *Privilegio de visinhança tem aquelle que casar com mulher da Terra, em quanto ahi morar, &c.*

(k) Vide supra verb. *Privilegio de visinhança de algum Lugar tem o que nelle morar quatro annos com sua mulher, &c.*

(l) De materia hujus Ordinationis vide supra verb. *Janella, ou fresta sobre azinhaga não póde o outro visinho tapar, alçando-se.*

(m) Vide supra verb. *Fresta, ou janella não poderá alguém abrir, nem fazer direito do portal, ou da janella, ou da fresta de outro seu visinho, &c.*

(n) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Mulheres, que ficarem viúvas de Desembargadores das Casas da Supplicação, e do Porto gozarão de todos os privilegios, e liberdades, que seus maridos tinhão, &c.* Ad verb. *Que vive honrada, e honestamente.* Quia privilegia viduis concessa procedere intelliguntur, si castè, honestèque vixerint; *Cov. Practic. cap. 7. n. 1., Ægid. de Privileg. honestat. artic. 5. n. 3., Cancr. lib. 2. Var. cap. 2. n. 7., Scacc. de Appellat. 7. 7. n. 131.*

- Viuva, que demanda algum Official privilegiado perante algum Juiz, que pôde escolher por seu privilegio, se faz saber a El-Rey para mandar o que for justiça, *liv. 3. tit. 5. §. 6.*
- Viuva, que casa de cincoenta annos, tendo filhos, não poderá alhear por titulo algum que seja em sua vida, nem ao tempo de sua morte, as duas partes dos bens do que tinha ao tempo, que se concertou de casar, nem as duas partes dos bens, que depois de ser casada houve de seus ascendentes, ou descendentes, *liv. 4. tit. 105. (a)*
- Viuva não tem escolha de Juiz na demanda contra viuva, mas deve seguir seu foro, *liv. 3. tit. 5. §. 3. (b)*
- Viuva demandada por força nova, guarda, depósito, e soldada, ou jornal, não tem escolha de Juiz, *ibid. (c)*
- Viuva, que huma vez escolheo Juiz, não tem mais escolha, *ibid. (d)*
- Viuva não tem escolha de Juiz nos casos, que pertencem a El-Rey, ou a seus Direitos Reaes, *ibid. §. 5. (e)*
- Viuva pôde escolher por seu Juiz ou o Corregedor da Côrte, ou o Juiz Ordinario, ainda nos feitos, que foraõ já começados em vida de seu marido, *ibid. §. 3. (f)*
- Viuva não tem escolha de Juiz, se he demandada por algum Official da Côrte, ou do Porto, ou Official mór, *ibid. §. 6.*
- Viuva não tem escolha, se demanda, ou he demandada pelo Regedor, e Desembargadores, Chancelér, e Presidente do Paço, ou da Mesa da Consciencia, Governador do Porto, Escrivaõ das Chancelarias, Escrivaõ da Puridade, Secretario, e Almotacél mór, *ibid. §. 7. (g)*
- Viuva demandada pelas pessoas acima nomeadas responde contra sua vontade perante o Corregedor da Côrte, *ibid.*
- Viuva demandada ante o Corregedor do Civil da Cidade de Lisboa, pôde declinar para os Juizes da dita Cidade, e ferá a elles remettida, *ibid. §. 6.*
- Viuva de Desembargador tem o mesmo privilegio, que tinha seu marido, *liv. 2. tit. 59. §. 13. (h)*
- Viuva não responde contra sua vontade perante o Corregedor da Côrte, *liv. 3. tit. 12. §. 1. (i)*

Viuva,

n. 131., & ita servari in supremis Tribunalibus testatur Velasc. de Privileg. Miserabil. person. p. 2. q. 3. n. 46. Et licet aliqui teneant, quod etiam viduæ luxuriosæ viventi competit privilegium fori, non ut viduæ, sed ut miserabili, ut ex pluribus refert Velasc. d. q. 3. n. 49.; attamen de jure hujus Regni hæc opinio admitti non potest, ut tradit Peg. tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. cap. 5. n. 39. Et nota, quod non solum dicitur vidua inhonesti illa, quæ carnalem immixtionem cum viris habet, sed etiam illa, quæ conversationem, cultumve inhonestum reddit; Ægid. de Privileg. honest. d. artic. 5. n. 4., Sanch. de Matrimon. lib. 7. disp. 91. n. 38., & alii apud Velasc. de Privileg. Miserabil. d. q. 3. n. 47.; & ideo mulier cælebs, seu vidua, quæ domum præbet hominibus ad conversandum, vel ludendum cum illis pro inhonesti judicata fuit, ut refert Peg. tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. cap. 5. sub n. 39. Cætera, quæ ad hanc Ordinationem pertinent, vide apud Velasc. d. q. 3. per tot., & Peg. in Commentar. ad hunc §., qui materiam omnino pertractarunt.

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Mulber viuva, que casa de cincoenta annos, tendo filhos, &c.* Et verb. *Nulla he a albeação, que fixer a mulber viuva, que casa depois de cincoenta annos, &c.*

(b) Regula juris est, quod privilegiatus non gaudet privilegio contra pariter privilegiatum; & ideo disponitur in hac Ordinatione, quod si vidua litiget cum alia simili persona æque miserabili, non gaudebit privilegio fori; de quo vide Covarr. Practic. quæst. cap. 7. n. 4. & 5., Thom. Vaz alleg. 65. n. 38., Scacc. de Appel. lat. q. 7. n. 128., Velasc. de Privileg. pauper. p. 2. q. 3. ex n. 52., Oliv. de For. Eccles. p. 3. q. 40. n. 20., Peg. For. tom. 2. cap. 11. n. 87., & tom. 13. ad Ord. in Comment. ad hunc §. cap. 36. ex n. 143., ubi latissimè. Sed hoc procedit respectu Actricis viduæ, quæ non potest Judicem eligere, quando convenit Reum æque privilegiatum, poterit tamen Reus eligere forum, & in eo conveniendus erit à vidua, ut ex hac Ord. comprobatur Cabed. p. 1. dec. 54.

Tom. II.

n. 12., Oliv. de For. Eccles. p. 3. d. q. 40. n. 21., & jam supra notavimus in verb. *Mulber viuva, se tiver contenda com outra pessoa de semelhante qualidade, &c.*

(c) De materia hujus Ordinationis vide Thom. Vaz alleg. 65. n. 40., & quæ notat Peg. tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad illam cap. 37. ex n. 159., & cap. 39. ex n. 170.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis latissimè scripsit Peg. tom. 13. in Commentar. ad illam, cap. 42. ex n. 181., ubi etiam DD. de illa agentes congestit; & illum consule.

(e) Vide quæ supra notavimus in verb. *Mulber viuva não tem privilegio de escolher Juiz nos casos, que pertencem á Fazenda, e Direitos Reaes.* Et verb. *Orphaõ em casaf de Direitos Reaes não tem privilegio, nem escolha de Juiz.* Et ultra DD. ibi laudatos vide Covarr. Practic. quæst. cap. 7. n. 5. versic. Quintus., Velasc. de Privileg. pauper. part. 2. q. 3. n. 71.

(f) De materia hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. *Mulber viuva goza do privilegio do foro nos feitos, que ficarem começados por morte de seu marido, ou fosse Auctor, ou Réo.*

(g) Vide quæ supra notavimus in verb. *Privilegio dos Desembargadores, e Officiaes d' El-Rey precede a todos os outros, assim como ao dos Estudantes, Moedeiros, e Viuvas.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. *Mulberes, que ficarem viuvaf de Desembargadores das Casas da Supplicação, e do Porto, gozarão de todos os privilegios, e liberdades, que seus maridos tinham, &c.*

(i) Cum vidua habeat privilegium electionis fori, ut supra notavimus in verb. *Mulber viuva tem por privilegio escolher por Juiz ao Corregedor da Côrte,* merito in hac Lege dispositum fuit, quod non posset cogi ad litigandum coram Præsidi Curiali; de quo vide quæ benè notat Peg. tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. Et si vidua habitet intra quinque Curie leucas, & fuerit citata ad Judicium Præsidis Curialis, an possit etiam in hoc casu declinare ad Judicem sui domicilii: diversimodè refert judicatum Peg. tom. 13. ad Ord. lib. 3. tit. 5. §. 3. cap. 10. ex num. 86.

Rrr

(a) Vide

Viuva, que alheya, e desbarata seus bens como não deve, as Justiças lhos tomaõ todos, e os entregaõ a quem delles tenha cargo, até haver ordem, e mandado d'El-Rey, *liv. 4. tit. 107. (a)*

Viuvias, que morarem nas Terras dos Infantes, não podem escolher, senão o Juiz Ordinario, ou Ouvidor do Infante, ou o Corregedor da Cõrte, *liv. 2. tit. 45. §. 46. (b)*

VIVER por gloria se diz o que morre na batalha, ou das feridas, que nella lhe deraõ, *liv. 2. tit. 35. §. 1. e 2. (c)*

Viver póde cada hum com quem quizer, *liv. 4. tit. 28. (d)*

VO

VODA de fogaça, ou dinheiro, que ninguém faça, nem convide para o jantar, ou cêa dos noivos pessoa alguma, salvo os parentes dentro do quarto grão, os quaes não darão coufa alguma para a dita voda, sob pena de açoutes, e de degredo, *liv. 5. tit. 90. (e)*

Voda, a que forem convidados, assim elles, como os que convidarem, tem pena, pela qual não seraõ demandados passado hum anno, *ibid. §. 2. (f)*

Vodos do Espirito santo, que se fazem na Festa do Pentecostes, não se tolhem, *liv. 5. tit. 5. §. 1.*

Vodos de comer, e beber nas Igrejas, ou fóra dellas, que se não fação, posto que digão, que o fazem por devoção de alguns Santos, sob pena de o que assim pedir, e

receber, pagá-lo em dobro da cadêa, *ibid. (g)*

Vodos de comer se podem fazer nos Lugares aonde se costuma, quando levaõ os defunctos, não comendo dentro na Igreja, *ibid. §. 2.*

VS

USANÇA de qualquer Villa, ou Lugar, se guardará, *liv. 1. tit. 18. §. 34.*

Usanças antigas, que se guardem para hum ser havido por visinho, *liv. 2. tit. 56. §. 4.*

USAR de moêda, sabendo que he falsa, comprando com ella alguma vez, ou dispendendo-a por duas vezes, se a quantia montar mil reis, tem pena de morte, e perde seus bens, amétade para o accusador, e outra parte para a Corõa, *liv. 5. tit. 13. §. 3. (h)*

Usar mal não deve ninguém do que tem, *liv. 4. tit. 107.*

USO; vide a palavra *Costume.*

USUFRUCTO tem o pay nos bens adventicios do filho, que está debaixo do seu poder, *liv. 4. tit. 98. §. 7. (i)*

Usufructo não tem o pay nos bens do filho, quando lhe são dados, ou deixados com a condição de que o pay não haja o usufructo, *ibid. §. 1. (k)*

Usufructo não tem o pay nos bens do filho, se fizer renúncia delle, *ibid. §. 2. (l)*

Usufructo não tem o pay nos bens dados, ou deixados ao filho sem consentimento do mesmo pay, por elle lho não querer dar, *ibid. §. 3. (m)*

Usufru-

(a) Vide quæ jam supra notavimus ad hanc Ordinationem in verb. *Mulher viuva, que alheya como não deve, e desbarata seus bens, as Justiças os entregaõ a quem delles tenha cargo, até o fazer saber a El-Rey.*

(b) An dispositio hujus Legis procedat in Auditoribus aliorum Dominorum? affirmativè resolvit Peg. in *Commentar. ad hunc §. n. 2.* Sed eum reprobatur Senator Oliveira in sequenti Nota. *Ad verb. Nas Terras dos Infantes; nota, que com muito mais razão procede nos Ouvidores do Estado de Bragança, por ser do Principe: Peg. autem hic n. 2. hunc §. intelligit in omnibus Donatariis; sed perperam contra ejus mentem, & verba.*

(c) De materia hujus Legis vide quæ supra notavimus in verb. *Morto em batalha, se diz viver por gloria, &c.* Et verb. *Guerra, para que o morto nella se diga viver por gloria, he quando a guerra he contra infieis.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide Lagun. de *Fructib. p. 1. cap. 25. per tot. & §. unic. & hic deservunt ea quæ notavimus in verb. *Morar não será alguém constrangido em algumas Terras, ou Casaes.**

(e) De materia hujus Legis circa convivia, vide Bovadilh. in *Polit. lib. 1. cap. 3. n. 38. & 39.* Simanc. de *Republ. lib. 9. cap. 29. n. 37. & seqq.* Solorzan. *Emblem. 36. à num. 20.*

(f) Ad hanc Ordinationem vide sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Não se diz neste titulo, nem em outro al-*

gum, a quem pertence fazer a accusação deste delicto, e nem acho ser caso de devassa geral, ou especial; e assim não sei como se haja de proceder nos casos deste Titulo; mas digo que se deve receber querêla a qualquer do Povo, Ord. infr. tit. 117. in fin. princip.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Pena pecuniaria, e de prisão se dá aos que fazem vigílias de comer, e beber nas Igrejas, &c.*

(h) Vide quæ supra notavimus ad hanc Ordinationem in verb. *Moêda falsa, quem a comprar, vender, ou dispende, ou pagar com ella alguma dívida, sabendo que era falsa, &c.*

(i) Vide ad hanc Ordinationem, quæ jam notavimus ad illam in verb. *Pay tem o usufructo nos bens adventicios do filho, que está debaixo do seu poder.*

(k) Ad hanc Ordinationem, vide quæ supra notavimus in verb. *Pay não póde haver o usufructo dos bens do filho, quando lhe são dados, ou deixados sob tal condição, que o pay não haja o usufructo.*

(l) De hac Ordinatione, & ad illius materiam, vide supra notata in verb. *Pay não tem o usufructo nos bens do filho, se elle o renunciar, e lhe aprouver de o não haver.*

(m) Vide quæ jam notavimus ad hanc Ordinationem in verb. *Pay não tem o usufructo nos bens dados, ou deixados ao filho, se elle os houver sem consentimento do mesmo pay, por elle lho não querer dar.*

(a) Ad

Usufructo não tem o pay no usufructo deixado ao filho, *liv. 4. tit. 98. §. 4. (a)*

Usufructo não tem o pay nos bens, que El-Rey der ao filho, *ibid. §. 5. (b)*

Usufructo não tem o pay nos bens do filho, senão fizer inventario dentro de dous mezes, *ibid. §. 6. (c)*

USURA se não permite no contracto de emprestimo, ou outro qualquer, em que se leva alguma cousa por vantagem além do principal, *liv. 4. tit. 67. in princ. (d)*

Usura quem a fizer recebendo vantagem pelo emprestimo, ou outro semelhante contracto, perde o principal, e o accrescimo

para a Corôa, e he degradado para Africa por dous annos, *ibid. (e)*

Usura he licita na cousa apenhada pelo dote prometido, até que se pague, *ibid. §. 1. (f)*

Usura não he levar os fructos, e renda de alguma propriedade, que foi vendida com pacto de retro vendendo, *ibid. §. 2. (g)*

Usurario he o contracto, em que se dá em penhor alguma propriedade com a condição, de que, em quanto o devedor não pagar a divida, possa o credor receber os fructos, sem desconto na fórte principal, *ibid. §. 4. (h)*

Usurario

(a) Ad materiam hujus Legis vide supra notata in verb. *Pay não tem o usufructo do usufructo deixado ao filho.*

(b) Vide quæ supra notavimus ad hancmet Ordinationem in verb. *Pay não tem usufructo nos bens, que El-Rey der ao filho, ou se não móveis, ou de raiz.*

(c) Ad materiam hujus Legis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pay não tem usufructo nos bens do filho, se não fizer inventario dentro de dous mezes, depois da morte da mãy.*

(d) Ex hac Ordinatione probatur, quod ultra principale non possunt contrahentes aliquid accipere pro usura; quæ dispositio fundatur in jure naturali, ut multis argumentis ostendunt Covarr. *lib. 3. Var. cap. 1. n. 5.*, Molin. *de Just. & jur. diff. 304. n. 13.*, Leotard. *de Usur. q. 2. à n. 25.*, & plures alii, quos congerit Faria *ad Cov. d. lib. 3. Var. cap. 1. n. 101.*; & fundatur in jure etiam Divino, secundum quod prohibita sunt similes usurae, ut ex pluribus locis utriusque Testamenti comprobatur Leotard. *de Usur. q. 2. ex n. 31.*, Molin. *d. diff. 304. sub n. 14.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. 1. à n. 2. de Usur.*, latissimè Sanctiss. Dn. noster Pap. Benedict. XIV. *in doctissim. tract. de Synod. Diocesan. lib. 7. cap. 47. per tot.* Sed contra jus naturale, & Divinum, & contra Decreta Conciliorum, & Canones Sacros invaluit consuetudo accipiendi aliquod interesse pro pecunia mutuata, de quo maximè dolet Senator Souf. de Maced. *dec. 30.* Et istam consuetudinem, tanquam licitam defendunt aliqui, dicentes tolerandam esse propter utilitatem commercii; Arouc. *alleg. 9. n. 10.*; alii eam approbant ad evitanda majora mala, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. lib. 1. diff. 2. sub n. 175. versic. Nihil.*; alii ob periculum, cui exponunt pecunias suas, Nogueir. *Quest. singular. disp. 4. q. 1. §. 1. n. 5.*; alii talem consuetudinem protegent exemplo Religiosorum virorum, quorum vita sanctitatem redolet, qui pro pecuniis suis hoc interesse ultra fortem recipiunt; de quo vide Gabr. *Per. dec. 84. n. 3.*, Moraes *de Execut. lib. 2. cap. 12. n. 75.* Et supposita hac consuetudine, venit inquirendum, quale sit justum interesse, seu usura, quæ pro pecunia mutuata accipi possit? & quod justum interesse sit usque ad sex, & quatuor pro centenario, probatur cum multis, & tenet judicatum Peg. *For. cap. 3. n. 700.* Sed multoties Senatus judicavit ad rationem quinque pro centenario, ut latè comprobatur, & judicatum refert Addition. ad Reynof. *observ. 9. ad n. 14.* Nota autem, quod etiam in casu, quo licitè possit interesse recipi, nunquam erit licitum aliud interesse, ejusdem interesse, vel usura ipsius usurae; quia hoc prohibitum extat tam jure Canonico, quam Civili; ut de jure Digestorum probatur ex *L. Placuit. ff. de Usur.*, & in *L. Si non fortem. ff. de Condit. indebit.*, ubi quod nec etiam in stipulationem deduci possunt usurae usurarum; & si deducantur, denegatur actio; & ex *L. Præces. ff. de Re judicat.* Et de jure Codicis in *L. Improbium. Cod. Ex quib. caus. infam. irroget.*, ubi Imperatores improbum fœnus appellant, hæcque usurarum usuras exi-

gentibus infamiam irrogant; & acrius eas damnavit Justinianus in *L. Ut nullo modo. Cod. de Usur.* Et de jure Canonico dicit Glos. in *cap. Quia in omnibus, de Usur.* hunc anatocismum, seu fœnoris renovationem adversari juri Divino, Canonico, & Civili. Et vide de materia Molin. *de Just. & jur. d. diff. 304. n. 16. in fin.*, Oleam *de Cest. jur. & act. tit. 5. q. 5. à n. 53.*, Leotard. *de Usur. q. 5. per tot.*, Guzman *de Evict. q. 58. n. 17.*, Castilh. *lib. 2. Controv. cap. 1. n. 55.*, Matth. *de Re crim. controv. 40. n. 102.*, Addit. ad Reynof. *observ. 9. ad n. 14. versic. Notabis. post med.*

(e) Ad coercendum hoc vitium usurae non solum vetitum fuit Pontificum Constitutionibus, Legibusque Principum Secularium, sed etiam decretum fuit, quod fœneratores, tanquam civibus exitiales, variis pœnis coercerentur, ab urbibusque ejecti forent, ut latè ostendit Leotard. *de Usur. q. 2. n. 43. 44. & 45.*; & ideo in hac Ordinatione stabilitum fuit, quod pecuniam in usuram datam fœneratores amittant, in Affricamque per biennium relegentur; de quo etiam vide Covarr. *lib. 3. Var. cap. 3. sub n. 2. versic. Scribit tamen.*, Molin. *de Just. & jur. tract. 2. diff. 334. n. 1.*, Cur. Philippic. *p. 2. lib. 2. cap. 1. n. 40.*, Gutierr. *Canoniar. quest. lib. 2. cap. 18. n. 10.*, August. Barbof. in *L. Improbium fœnus. 20. Cod. Ex quib. caus. infam. irroget. n. 4.*, Roderic. *de Ann. redditib. lib. 3. q. 4. n. 116. & 117.*, Pax in *Prax. tom. 1. p. 8. cap. unic. n. 26.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Apenhada alguma cousa pelo dote prometido, se podem levar os renovos, e rendas, sem descontar no principal.* Et verb. *Marido pôde levar os renovos, e rendas da cousa apenhada pelo dote.* Et utrum dotatus teneatur ad expensas refectionis rei in pignus datae, seu dominus teneatur eas reficere; vide supra verb. *Reter se pôde a cousa alugada pelas despesas necessarias.*

(g) De materia hujus Legis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pacto de retrovendendo, aindaque seja posto no contracto, sempre o comprador faz os fructos seus, &c.*

(h) De ista usura, seu antichresi vide latissimè Leotard. *de Usur. q. 11. per tot.*, qui materiam omninò absolvit; & vide etiam Mesam *Var. lib. 3. cap. 46.*, Berlich. *dec. 170.*, Matth. *de Re crimin. Controv. 40. ex n. 108.*, Fontan. *dec. 208. & seqq.*, Merlin. *de Pignor. lib. 5. q. 45.*, Cardin. de Luc. *sub tit. de Usur. disc. 9. & 10.*, Vin. *Select. lib. 2. cap. 7.*, Gonzal. in *cap. 6. de Pignorib.* Declarat tamen hæc Ordinatio, quod si dominus alicujus emphyteusis eam accipiat ab emphyteuta in pignus, non teneatur fructus imputare in sortem; quia dum emphyteusis reperitur penes dominum, excusatur emphyteuta à solutione pensionis, & dominus percipit fructus ex re sua; de quo vide Gabr. *Per. de Man. Reg. p. 3. cap. 69. n. 13.*, Gonzal. in *cap. 1. de Fend. n. 3.*, Pinheir. *de Emphyt. disp. 2. sect. 4. §. 2. n. 71.*, Valasc. *de Jur. emphyt. q. 38. n. 29.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 3. lib. 7. disp. 15. §. 3.*, Rodrig. *de Annis redditib. lib. 3. q. 7. n. 51.*, Leotard. *de Usur. q. 14. per tot.*, Gutierr. *de Compensat. tom. 2. lib. 5. q. 16. n. 16.*, ubi multos DD. laudat, Cald. *de Empr. cap. 4. n. 53.*, Molin. *de Just. & jur. diff. 323.*

(a) Hæc

Usurario he o contracto, em que se dá alguma quantidade menor, por receber ao depois mayor, *liv. 4. tit. 67. §. 6. (a)*

Usurario he o contracto de compra com pacto de *retro vendendo* por menos da quarta parte do justo preço, *liv. 4. tit. 4. §. 1. (b)*

Usurario se julga o contracto de compra com pacto de *retro vendendo*, feito por homem costumado a onzenar, *ibid. §. 2. (c)*

Usurarios sendo alguns contractos, segundo as disposições de Direito Canonico, e não estiverem declarados na Ordenação, se ha de observar o mesmo Di-

reito Canonico, *liv. 4. tit. 67. §. 9. (d)*

Usuraria se presume a pena posta no contracto de emprestimo, não se pagando o principal a certo tempo, *liv. 4. tit. 70. §. 1. (e)*

USURPAR officio alheyo; vide verb. *Escrevaõ no Regim. commum.*

Usurpar o officio alheyo, *liv. 1. tit. 24. §. 5.; & vide verb. Escrevaõ.*

Z

ZAMBUGEIROS manda enxertar o Corregedor da Comarca em lugares, que forem para isso, *liv. 1. tit. 58. §. 46.*

(a) Hæc Ordinatio videtur desumpta ex Text. in cap. *Naviganti, de Usur.*, & de ejus materia vide Covarr. *lib. 3. Var. cap. 2. n. 5.*, Molin. *de Just. & jur. p. 2. disp. 404. in princ.*, ubi dispositionem hujus Legis memorat, quamvis in n. 2. contrariam opinionem tuetur; & vide etiam Gam. *dec. 252.*, Rebel. *de Obligat. just. p. 2. lib. 11. q. 6. n. 6.*, Leotard. *de Usur. q. 23.*, Gonzal. *in d. cap. Naviganti, de Usuris*, Cardin. de Luc. *tit. de Usur. disc. 3.* Limita autem hujus Legis dispositionem, si intervenerit affectu ratio, de quo vide Arouc. *in L. 1. n. 4. ff. de Rer. divis.*

(b) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pacto de retrovendendo tem lugar, quando a coisa he vendida por justo preço, de sorte, que não seja menos a quarta parte do seu justo valor.*

(c) Vide ad materiam hujus Legis, supra notata in verb. *Pacto de retrovendendo posto em contracto feito por homem costumado a onzenar, se julga por usurario.*

(d) Ex hac Ordinatione aperte probatur, quod Ju-

dicibus Laicis competit cognitio adversus usurarios, etiam in quæstione juris, & Ordin. *lib. 2. tit. 9. in princ.*, ubi usura inter casus mixti fori enumeratur, debet intelligi, quando proceditur criminaliter; & etiam in hoc casu, si Judex Secularis prævenit, potest cognoscere tam de facto, quam de jure; de quo vide Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Delictum. resolut. 2. à n. 12.*, Matth. *de Re crimin. contrav. 40. n. 39. & 40.*, Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. diff. 4. §. 21. à n. 284.*, Gabr. *Per. de Man. Reg. cap. 56. ex n. 37.*, Cortiad. *tom. 3. dec. 181.*, & vide casus apud Peg. *ad Ord. lib. 1. tit. 9. §. 12. n. 4 12. 414. 417. 423. & 796.*

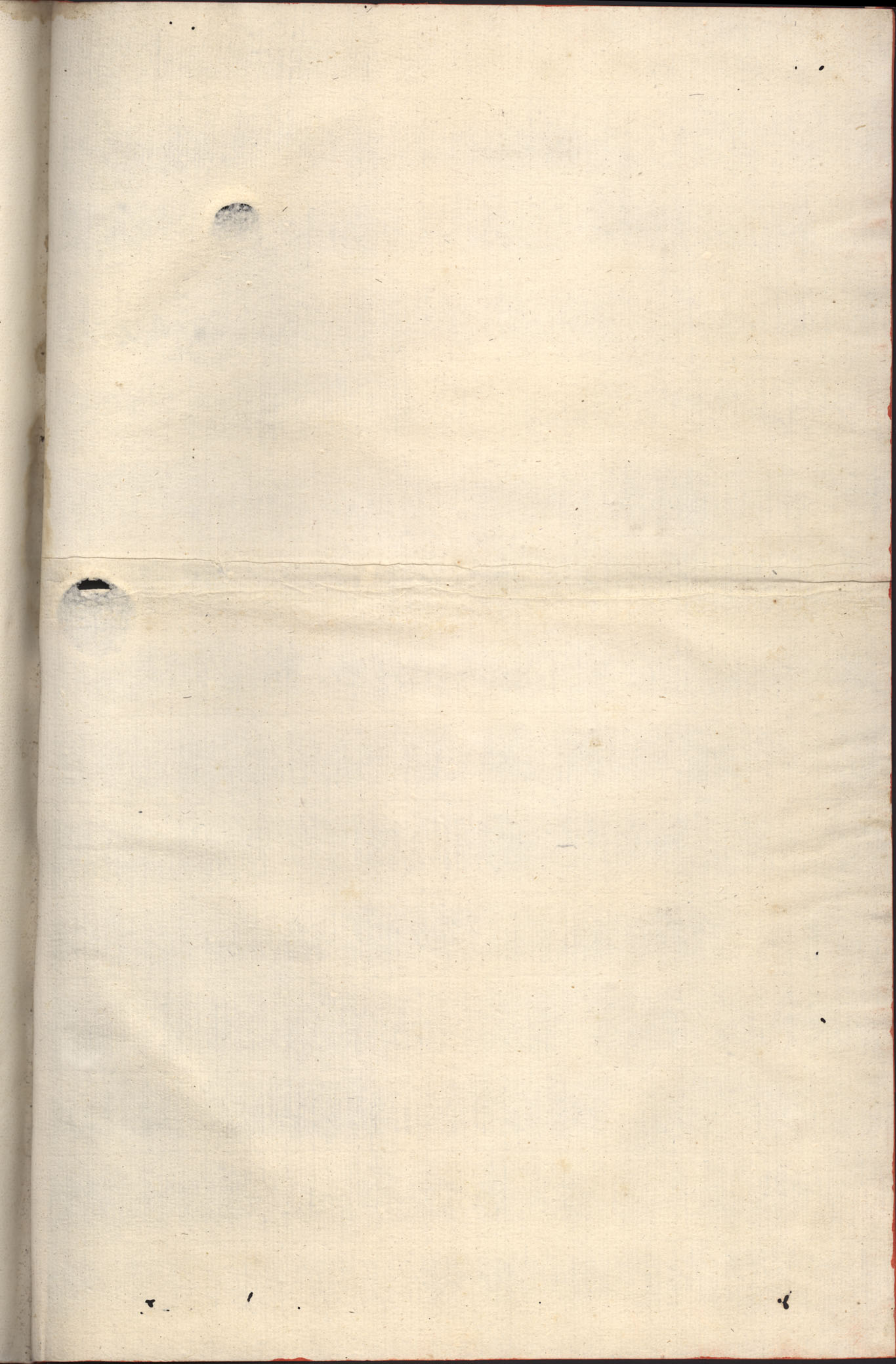
(e) De materia hujus Legis vide Doctores, quos jam laudavimus in verb. *Contracto, em que se põem pena convencional, não se pôde levar mais pena do que menta o principal.* Hæc omnia sunt dicta ad gloriam Sanctissimæ Trinitatis, Patris, Filii, & Spiritus Sancti, & immaculatæ Virginis à Conceptione, S. Hieronymi, S. Antonii, & omnium Sanctorum. Amen.

F I M

DO SEGUNDO TOMO.

EGO HIERONYMUS A SILVA PEREIRA, Sacrosanctæ Matris Ecclesiæ Romanæ filius obsequentissimus, profiteor, quod si in hoc opere, me inscio, aliquid elapsum est, quod Orthodoxæ Fidei, Sacris Canonibus, justisque Legibus aliquatenus adversetur, me habere tanquam invalidum, & non dictum, neque scriptum; totumque submitto judicio, ac censuræ ejusdem Sacrosanctæ Ecclesiæ Romanæ, & correctioni cujuslibet melius sentientis.





Handwritten marks: a large 'S' on the left, and '5' and '2' in the upper center.

Faint, illegible text at the top of the page, possibly bleed-through from the reverse side.

Second line of faint, illegible text.

Third line of faint, illegible text.

Fourth line of faint, illegible text.

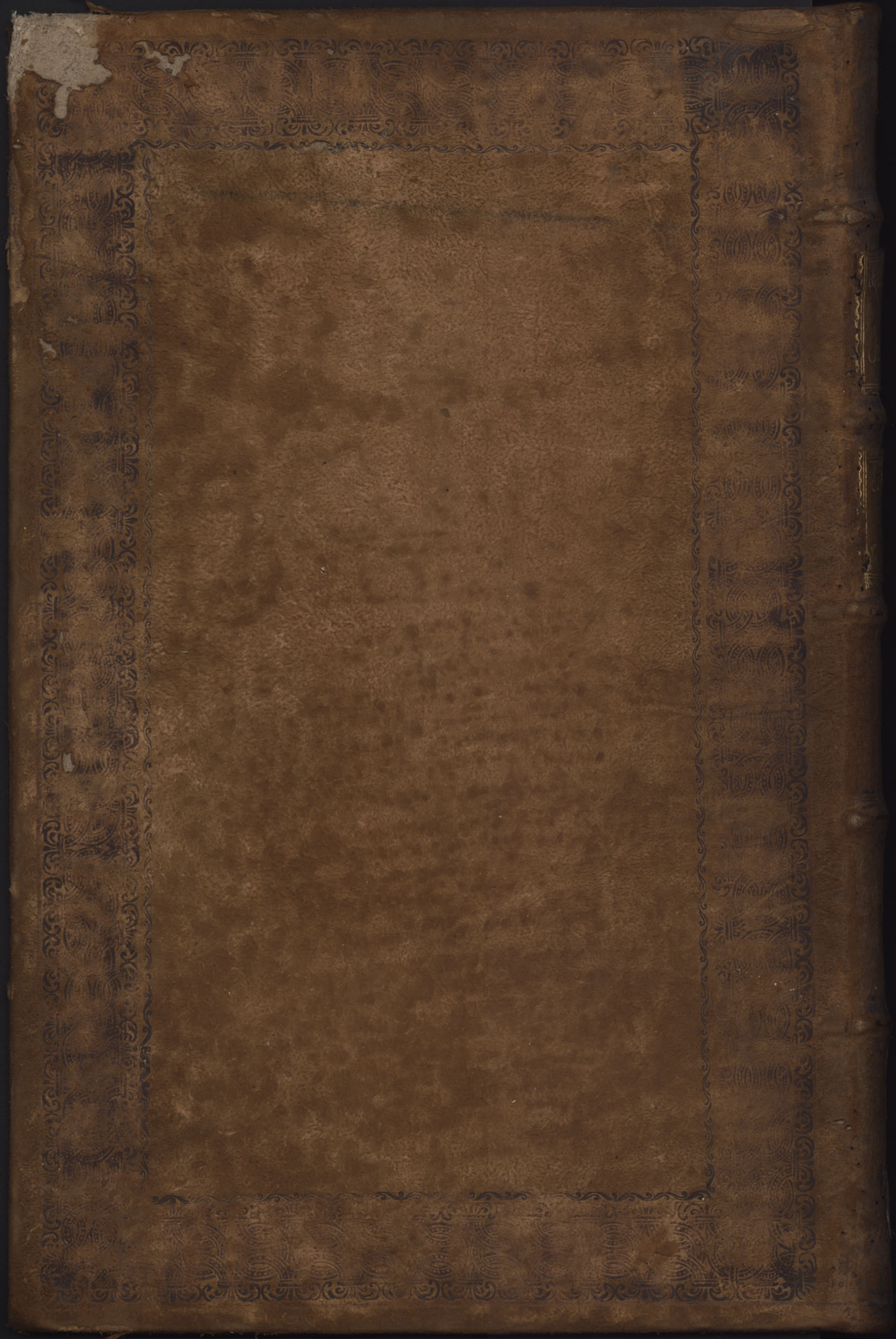


1872

1872

1872

1872



REPERTOR.
DAS
ORDENAC.

TOM. II.

Sala
Est.
Tab.
N.º

CF
E
9
8